



## RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

**PAULA, Josiane Beloni de**

Universidade Federal de Santa Catarina

E-mail: belonijbc@hotmail.com

**PINHEIRO, Patrícia Magalhães**

Universidade Federal de Santa Catarina

E-mail: patti\_magalhaes@hotmail.com

**SANTANA, Tatiana de Oliveira**

Universidade Federal de Santa Catarina

E-mail: tati\_ubuntu@hotmail.com

**PAIM, Elison Antonio**

Universidade Federal de Santa Catarina

Email: elison0406@gmail.com

### **EIXO TEMÁTICO: SUJEITOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E DIVERSIDADES**

#### **RESUMO**

Este texto narra memórias de experiências, em rodas de conversas realizadas com educadoras e educadores, sobre “Práticas de resistência negra na sala de aula” e com educandas e educandos, sobre “O negro na sociedade e escola brasileira atual” da EJA, em uma escola municipal de ensino fundamental da periferia da cidade de Pelotas-RS. Desta forma, as educandas e educandos puderam identificar-se, debaterem sobre a construção de suas identidades e preconceitos sofridos por eles em sua trajetória de vida e com as educadoras e educadores foram trazidas práticas que vem ocorrendo nas escolas, trabalhando como uma formação permanente, em que a reflexão da prática é fundamental para uma revisão e ressignificação da mesma. Além de trabalhar com as sensibilidades dos envolvidos, foi incentivada a reflexão sobre seu papel no mundo. Sua construção como sujeito autor e ator e não mais como espectador das ações de transformação da realidade, para assim erradicar o preconceito e a discriminação em todos os lugares, os quais têm acesso e vive suas experiências, para ir curando esta doença social, o racismo, a cura se dará por meio de contágio aos pares, que acontecerão pelas práticas de resistência realizadas na escola e por decorrência na sociedade.

**Palavras-chaves:** Negro; Formação; Identidade, EJA.



Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes.

(Paulo Freire, 2000, p.33)

## INTRODUÇÃO

Este texto vem com intuito de compartilhar memórias de uma experiência, com rodas de conversas, realizadas em uma escola, da periferia da cidade de Pelotas, tanto com educadoras e educadores, como com educandas e educandos do EJA, as quais levaram a problematização e o debate de questões infelizmente ainda tão atuais, em pleno século XXI, que são o racismo na sociedade brasileira, o preconceito e a discriminação ainda presentes na escola, das mais diversas formas, velados ou revelados, e que a cor da pele, vem determinando papéis sociais e falta de oportunidades para os sujeitos pertencentes ao grupo racial negro. Ou seja, a cor da pele como um marcador social, uma das características que causam preconceito e discriminação (MEYER, 1998, p.374), verifica-se que o fenótipo influencia nas relações sociais.

Dessa forma, em Pelotas não é diferente, esta cidade carrega na sua história, não na oficialmente contada, mas na sua constituição como cidade, por volta de 1780, período da produção charqueadora do Rio Grande do sul, a maioria da população já era de sujeitos negros, este aspecto sempre foi deixado de lado pelos historiadores, pois a preocupação era com a exaltação do rápido crescimento e belezas arquitetônicas ornadas com luxo da Europa

(ASSUMPCÃO, 2013). Sendo assim, facilmente verifica-se atualmente uma população de quatrocentos mil habitantes e com mais de 50% negros ou descendentes, já contabilizados pelos órgãos de pesquisas, porém a sociedade ainda tem dificuldades de identificação como uma cidade negra, pelo racismo vigente.

As conversas nas rodas perpassam a história de resistências dos negros no Brasil, da sua longa trajetória resistindo desde a caçada que sofreram no continente africano, até este momento, o qual vivemos o mito da democracia racial, o qual preconiza que, no Brasil, já superamos os preconceitos e além de termos legalmente todos os mesmos direitos, temos também as mesmas oportunidades, para nos esclarecer fazemos um breve diálogo com o antropólogo Roberto Damatta ao afirmar que,

Na nossa ideologia nacional, temos um mito de três raças formadoras. Não se pode negar o mito. Mas o que se pode indicar é que o mito é precisamente isso: uma forma sutil de esconder uma sociedade que ainda não se sabe



hierarquizada e dividida entre múltiplas possibilidades de classificação. Assim, o “racismo à brasileira”, paradoxalmente, torna a injustiça algo tolerável, e a diferença, uma questão de tempo e amor. Eis, numa cápsula, o segredo da fábula das três raças (1984, p. 28).

Dessa forma, em um esforço de reflexão todos os integrantes da EJA foram sendo envolvidos para participarem da problematização e debates referentes à situação do negro na escola/sociedade. Questionando: Como está a situação atual? O que cabe a cada sujeito, seu papel social? Sendo este pertencente ou não ao grupo étnico negro, educadora/educador, educanda e educando.

Este texto vem narrando como ocorreram as rodas de conversas na escola e a relevância destas para a constituição da identidade dos sujeitos negros, bem como a indispensável batalha de realizar práticas de resistência negra na sala de aula.

## **METODOLOGIA**

Estas rodas de conversas ocorreram em um evento, elaborado pela coordenação da Escola Municipal de Ensino Fundamental Olavo Bilac, no município de Pelotas-RS. Em um evento intitulado, 1ª Formação “Espaço Educativo na busca pelo Saber: Saber Ser, Saber Fazer, Saber Valorizar e Saber Respeitar”, Neste espaço em que ocorreram as rodas de conversas, com as educadoras e educadores do EJA, a roda de conversa foi intitulada “Práticas de resistência negra na sala de aula”, onde estavam presentes professores iniciantes na carreira, como também professores que atuavam há muito tempo, antes da obrigatoriedade de se trabalhar no Ensino Fundamental com a história e cultura dos africanos e africanidades, (BRASIL, 10.639/03<sup>1</sup>).

Foram debatidas práticas que estão ocorrendo nas escolas, para transformação do panorama vigente, foi discutido o mito da democracia racial, o qual nivela os sujeitos como iguais, verificando, por meio de diversos exemplos, a existência do preconceito com a etnia negra na sociedade brasileira. Objetivamos, ao mesmo tempo, citar os educadores preocupados com a erradicação do racismo, os quais trabalham arduamente, realizando práticas inovadoras, de resistência, numa visão de educação antirracista.

---

<sup>1</sup> Lei nº 10.639, sancionada em 9 de janeiro de 2003, torna obrigatório nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileiras, contemplando o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, valorizando a participação do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.



Assim, verificamos que estas práticas potencializam os processos de aprendizagens; estes pontuam e geram a reflexão sobre o preconceito e a discriminação presentes em nossas realidades, desafiando-nos para pensar sobre eles, tendo em vista a importância dessas inovações no cenário social e os impactos educacionais decorrentes.

Nessa perspectiva, pretendemos expor as práticas inovadoras voltadas à superação dessa problemática social, porém abafada pelo mito da democracia racial. Essas práticas instigam o despertar da emancipação do sujeito, a tomada de consciência da sua realidade e a “luta” para transformação social. Compreendendo-as como uma forma de resistência, pois ainda persiste a desvalorização do negro em nossa sociedade.

Dessa forma, entendemos a educação como um processo por meio do qual ampliamos nossa maneira de estar no mundo, de construirmos o nosso ser e termos consciência de nosso inacabamento, que o professor está num processo permanente de educação, não só profissional, mas como ser que se constrói constantemente e que auxilia na possibilidade de contribuir para a transformação de seu espaço social, que tanto pode ser libertador, quanto mantenedor de um sistema vigente, cruel e excludente: a escola. (FREIRE, 2000)

Cabe ressaltar alguns autores que são de fundamental importância para esta construção, bem como seus trabalhos, que resultam num apanhado consistente, consolidando as Teorias da Educação Antirracista. Buscamos em Eliane Cavalleiro a referência do que apregoa esta educação.

No cotidiano escolar, a educação anti-racista visa à erradicação do preconceito, das discriminações e de tratamentos diferenciados. Nela, estereótipos e idéias preconcebidas, estejam onde estiverem (meios de comunicação, material didático e de apoio, corpo discente, docente etc.), precisam ser duramente criticados e banidos. É um caminho que conduz à valorização da igualdade nas relações. E, para isso, o olhar crítico é a ferramenta mestra (CAVALLEIRO, 2001, p.150).

Almeja a autora, nesse sentido, possibilitar aos indivíduos pertencentes ao grupo de atingidos pelos preconceitos a reconquista de uma identidade positiva, dotada de amor e orgulho próprios. Nela é permanente o combate aos sentimentos de inferioridade e superioridade, visto que a palavra máxima da educação antirracista é a igualdade entre os humanos (CAVALLEIRO, 2001).

Podemos perceber que se instala um novo olhar acerca da educação, um enfoque no todo, na escola formada por todos seus atores, no qual o preconceito e a



discriminação devem ser visualizados e exterminados, via problematização e construção de um pensamento crítico. Este pensamento nasce na escola e se expande para a sociedade em geral quando trabalhadas questões referentes à etnia negra, com reflexões que vão modificando pensares de educadores, educandos e comunidade escolar.

Também podemos dialogar com o pensamento de Kabengele Munanga para reforçar importância da mobilização para uma nova prática educacional:

Como, então, reverter esse quadro preconceituoso que prejudica a formação do verdadeiro cidadão e a educação de todos os alunos, em especial os membros dos grupos étnicos, vítimas do preconceito e da discriminação racial? Não existem leis no mundo que sejam capazes de erradicar as atitudes preconceituosas existentes nas cabeças das pessoas, atitudes essas provenientes dos sistemas culturais de todas as sociedades humanas. No entanto, cremos que a educação é capaz de oferecer tanto aos jovens como aos adultos a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre os grupos humanos que foram introjetados neles pela cultura racista na qual foram socializados. Apesar da complexidade da luta contra o racismo, que conseqüentemente exige várias frentes de batalha, não temos dúvida de que a transformação de nossas cabeças de professores é uma tarefa preliminar importantíssima. Essa transformação fará de nós os verdadeiros educadores, capazes de contribuir no processo de construção da democracia brasileira, que não poderá ser plenamente cumprida enquanto perdurar a destruição das individualidades históricas e culturais das populações que formaram a matriz plural do povo e da sociedade brasileira (MUNANGA, 2005, p.17).

Com Munanga, podemos verificar a importância de uma mudança individual para uma transformação educacional e, conseqüentemente, social; o professor é o propulsor do ideal de uma sociedade justa, propondo reflexões e ações que revoguem, desconstruam e reconstruam as normas apregoadas pelo sistema vigente.

São vários os estudiosos trabalhando para a construção de uma nova educação, de um novo projeto escolar que seja para todos. São grupos de trabalho que tratam da temática do negro nas mais diversas situações: as questões das cotas, materiais didáticos, mídia, relações sociais, institucionais, étnico-raciais, educação antirracista – e o que mais envolver esses sujeitos – a fim de denunciar a opressão e resistir por meio de ações e práticas que possibilitem a efetiva transformação deste panorama.

Assim, com este trabalho discutimos e apontamos quais atitudes pedagógicas constituem-se como práticas de resistência motivadoras da discussão acerca da presença negra na sociedade. As educadoras/educadores expuseram suas idéias, contaram suas práticas, ouviram seus colegas, compartilharam memórias e experiências, para construir seu pensamento e refletindo melhorar suas práticas na escola e na vida, banindo ou no mínimo diminuindo o racismo de suas relações.



Posteriormente foi realizada uma roda de conversa com as educandas e educandos também do EJA, intitulada “O negro na sociedade/escola brasileira atual”. Desta forma, os educandos puderam identificar-se e debaterem sobre a construção de suas identidades e preconceitos sofridos por eles em sua trajetória de vida, assim como possíveis atitudes antirracistas que já se autorizam, após perceberem o racismo.

Compreendo, portanto, a necessidade dessas reflexões, visando a uma contribuição acadêmica e social.

Atualmente, nas teorias educacionais, inúmeras correntes visam dar conta do futuro da educação, do meio ambiente, dos movimentos sociais. Contudo, essas discussões e avanços teóricos não são absorvidos em sua plenitude pela sociedade, e isso traz reflexos para a escola e a sala de aula, nas quais educandos e educadores sofrem os impactos diretos desta problemática; as discussões que deveriam ser relevantes são permeadas de superficialidades acerca de situações vividas (BENJAMIN, 2012), cotidianamente no universo educacional.

Se analisarmos somente de um ângulo, torna-se incompleto, com teorias as quais anunciam um futuro melhor, um devir que surge do nosso trabalho para possibilitar uma transformação social e uma tomada de consciência, que nos leve a atores sociais, tornando-nos sujeitos de nossas vidas. Devemos observar o outro lado, ou seja, daqueles que denunciam os problemas e desigualdades sociais, mas que vêem uma catástrofe à frente, um mundo sem possibilidades de transformação.

Partindo do pressuposto de que a escola, de modo geral, desenvolve o papel de mantenedora do um sistema excludente, buscamos no aporte freiriano o par conceitual denúncia/anúncio para falar da temática racial. Ou seja, a denúncia do racismo pela sociedade e o anúncio da superação de formas de preconceito e discriminação através das práticas de resistência utilizadas como estratégias para a transformação do atualmente vivido.

Sendo assim, o educador Paulo Freire apresenta a:

Denúncia de uma realidade desumanizante e anúncio de uma realidade em que os homens possam ser mais. Anúncio e denúncia não são, porém, palavras vazias, mas compromisso histórico tenham. A percepção ingênua ou mágica da realidade da qual resultava a postura fatalista cede seu lugar a uma percepção que é capaz de perceber-se. E porque é capaz de perceber-se enquanto percebe a realidade que lhe parecia em si inexorável, é capaz de objetivá-la (1987, p. 42-43).

Neste sentido, outro conceito caro à nossa percepção é o de discriminação, que Freire explicita quando anuncia que “faz parte do pensar certo a rejeição mais decidida a



qualquer forma de discriminação” (FREIRE, 2000, p.39). Dessa forma, é possível dialogar no sentido da superação dos preconceitos que dão sustentação às diversas faces discriminatórias assumidas no imaginário social brasileiro.

Assim, nessa perspectiva, na terceira carta do livro *Pedagogia da Indignação*, encontramos em Freire (2000, p.31) o impulso para o debate da situação dos oprimidos na sociedade brasileira, pois, já no início da carta, o autor nos coloca seu pensamento em relação “a posição do pobre, do mendigo, do negro, da mulher, do camponês, do operário, do índio neste pensar”. Com relação à situação de violência, de descaso com a vida, de posse do material, ou seja, a forma como esse descaso é constatado, por exemplo, quando se torna banal ou corriqueiro o ato de jovens colocarem fogo em um índio, fato que exemplific a afirmação Freire.

Para modificarmos este panorama de inversão de valores, em que a vida não é compreendida como um bem humano, devemos trabalhar para a transformação de atitudes; para que isso ocorra, torna-se necessário conscientizar o sujeito quanto ao seu papel social; que participe; seja ator e não somente espectador dos acontecimentos (FREIRE, 1987).

Assim sendo, salientamos práticas de resistência realizadas na escola referentes a questões de valorização da presença negra no Brasil. Outro pensamento de Freire com o qual compartilhamos é a não existência de uma neutralidade, mas sempre de uma posição: ou estamos do lado do opressor ou do oprimido, toda ação é política. Então, a questão relacionada à discriminação ou a sua erradicação é uma posição que devemos tomar, é uma atitude que precisamos exercitar; se lutamos por uma sociedade justa, se nossa opção é libertadora, devemos trabalhar pela equidade, pela convivência com a diferença e não por sua negação. Como nos auxilia na reflexão sobre a escola:

A escola sempre teve dificuldade em lidar com a pluralidade e a diferença. Tende a silenciá-las e neutralizá-las. Sente-se mais confortável com a homogeneização e a padronização. No entanto, abrir espaços para a diversidade, a diferença e para o cruzamento de culturas constitui o grande desafio que está chamada a enfrentar. (MOREIRA;CANDAU, 2003, p.261)

Para que haja uma transformação, uma descolonização das mentes é necessária à realização da práxis, de começarmos por nós, cada um deixando para suas gerações experiências de amorosidade, de respeito a todos os seres da natureza. É, sem dúvida, uma construção coletiva. Dá-se através da desnaturalização, dos preconceitos, dos desrespeitos, partindo para uma construção de sujeitos que buscam a sua conscientização, descobrindo seu inacabamento e procurando “ser mais”. Ou seja, saindo daquilo que está historicamente dado do exercitando uma capacidade estritamente humana, a qual nos diferencia do restante da natureza: a reflexão.



Dessa forma, podemos visualizar, através de práticas inovadoras, entendidas como ações capazes de proporcionar uma possível transformação efetiva de ações individuais e coletivas, as quais intervenham nas estruturas sociais pré-estabelecidas, rompendo com a lógica discriminatória. Devemos iniciar a reflexão também em salas de aulas, uma contribuição para construção de uma sociedade realmente para todos e não, ingenuamente como temos hoje, baseada no mito da democracia racial.

Assim, legalmente todos têm os mesmos direitos, mas no momento de exercitá-los, encontramos obstáculos intransponíveis tais como: a mídia, que sempre apresenta o negro como personagens menosprezados; os livros didáticos, os quais ainda trazem massivamente à imagem branca, com modelos europeus; a religião, seguindo a qual o país adere aos feriados, católicos; a escola, que não discute diferentes culturas...

As iniciativas nascidas na escola e nos movimentos sociais levam a sociedade a perceber a possibilidade de mudança de atitudes e de uma outra visão de mundo – justo, igualitário e possível – construída por todos e para todos (FREIRE, 2000).

A partir das observações apontadas por Freire, podemos perceber em sua obra, mas não explicitamente, que o negro é um sujeito oprimido por pertencer às classes trabalhadoras e marginalizadas da sociedade brasileira. Freire trava um embate, além de filosófico, militante, contra a discriminação, deixando claro filosoficamente e explícita a sua indignação com atitudes racistas oriundas das relações sociais. Salienta o fato de qualquer discriminação ser imoral e que lutar contra ela é um dever. Em suas palavras “Faz parte igualmente do pensar certo a rejeição mais decidida a qualquer forma de discriminação. A prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende e substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia” (FREIRE, 2000, p. 39-40).

Os negros são ainda tratados como objetos da história, mas lutam por seu espaço através de movimentos sociais, pois, conscientes de seu espaço na sociedade trabalham em prol da vida, tal como educadoras e educadores e educandas e educandos buscando defender uma igualdade de direitos e permitir a expressão de todos os sujeitos, realizando práticas de resistência nas salas de aulas, as quais repercutirão na sociedade brasileira, invadindo o imaginário social com outra percepção sobre os sujeitos negros, respeitando-os como humanos que são e exercendo sua igualdade de direitos dentro da sua diferença física e sociocultural.

## **RESULTADOS**

Foram momentos de construção de saberes, rememorando suas histórias. Pois ao rememorar construímos histórias, que são permeadas pelas memórias, que como nos assegura Benjamin (2014), os sujeitos ao narrarem suas memórias, deixam seus rastros, criam e recriam, destroem e constroem ao mesmo tempo suas percepções do



mundo que o cercam. Ao recordar o sujeito ressignifica o vivido, lembrando do passado, no presente, construindo o futuro, instrumentaliza sua ação, sendo assim vai construindo resistência visualizando o não visto, criando deslocamentos como: da vivência para a experiência; do passante para o caminhante; do ver para o olhar.

Dessa forma, o sujeito que narra sua vida, sua experiência, seja vivida ou ouvida pois, “ (...O narrador infunde a sua substância mais íntima também naquilo que sabe por ouvir dizer). Seu dom é poder contar sua vida; sua dignidade é contá-la *inteira*. O narrador é o homem que poderia deixar a luz tênue de sua narração consumir completamente a mecha de sua vida.” (BENJAMIN, p. 240, 2014).

Para Paim (2005), em diálogo com Jean Marie Gagnebin (1998), narração está ligada a lembrança, a presenças e ausências, que essas vivem em tensão, mas que precisam ser lembradas e narradas, narrando um passado no presente, logo defende que :

...a memória vive uma tensão entre a presença e a ausência. A presença do presente que se lembra do passado desaparecido, mas também presença do passado desaparecido que faz sua irrupção em um presente que desaparece. Assim, a “lembrança do passado não implica simplesmente a restauração do passado, mas também uma transformação do presente tal que, se o passado perdido aí for reencontrado, ele não fique o mesmo, mas seja, ele também, retomado e transformado” (GAGNEBIN, 1999, p.1691 *apud* PAIM, 2005, p49,50).

Quando narramos, cria-se a possibilidade de contar experiências, dar conselhos, visitar o passado, ressignificando o seu presente, para construir seu futuro, possibilitando o sujeito ver caminhos entre as brechas, analisar os rastros, para se posicionar contra a opressão, como nos traz o historiador Jacques Le Goff, “A memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens” (2003, p. 471). A lembrança torna-se uma forma de ser e estar no mundo, de resistência.

Então, este trabalho de rodas de conversas na escola, sobre a situação do negro no Brasil, vem com a intenção de gerar referências, outros pensamentos. O trabalho aborda uma forma de fazer, comprometida com a discussão em questão, mas que pode servir para incentivar tantos outros preocupados e ainda sem iniciativas, a iniciarem pela escola com práticas de resistência, as quais dão visibilidade à situação histórica e atual do negro na sociedade brasileira.

O que se almeja, enfim, é a erradicação do racismo que existe no nosso país como uma doença severa, o racismo visto como uma doença social, algo que prejudica as relações sociais, distanciando os sujeitos.



Em contrapartida, o investimento no contágio da cura, em que a sociedade, através de práticas de resistências realizadas na escola, influencia a tomada de consciência dos sujeitos para que, com o tempo, a transformação social ocorra de fato.

Dessa forma, contagiando outros e mais outros, a educação torna-se um antídoto para redução dos danos, ou seja, as práticas de resistência negra na sala de aula, as cotas para negros em diversos setores da sociedade, uma visão ampliada a situação vivida atualmente pelos negros na sociedade brasileira, levando à reparação e futuramente ao extermínio do mal, da doença – o racismo.

As ações afirmativas são políticas públicas de reparação de dano causado, as práticas de resistências são ações afirmativas não institucionalizadas, as quais acontecem dentro de instituições como a família e a escola, porém, são iniciativas da sociedade, pequenas ações, capazes de levar a grandes transformações, como Paulo Freire ressaltou: das situações limites criam-se inéditos viáveis e destes outros e assim sucessivamente.

Trabalhos realizados sobre a etnia negra na sociedade brasileira, mais especificamente na sala de aula, foram de que estas iniciativas devem ser estudadas e divulgadas, para que, dessa forma, haja maior visibilidade do problema e, além disso, possíveis soluções, não definitivas, mas realizáveis, as quais instigam a reflexão do panorama social, além de despertar uma possível disponibilidade ao trabalho em prol da etnia negra.

Este texto mostra que os envolvidos afetam, afetando-se, envolvem-se e são envolvidos pelas vivências e experiências que ocorrem ao longo da caminhada. E que é um viver contra a opressão, contra o racismo e a favor da equidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSUMPÇÃO, Jorge Euzébio. **Pelotas: Escravidão e Charqueadas (1780 1888)**. Porto Alegre – RS. FCM Editora, 2013.

BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In: **Magia e técnica, arte e política**. Trad. Paulo Sérgio Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: MEC, 2005.

CAVALLEIRO, E. (Org), **Racismo e Anti-Racismo na Educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Summus, 2001.



DAMATTA, Roberto, **Relativizando:** uma introdução à Antropologia Social. Petrópolis: Vozes, 1981.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia.** 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Indignação:** Cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido.** 17. Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **História e Narração em Walter Benjamin.** São Paulo: Perspectiva, 2ª Ed. 1999.

\_\_\_\_\_, Verdade e Memória do Passado. In: **Trabalhos da Memória.** Projeto História - Nº 17. São Paulo: EDUC, 1998, pp.213-221.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** 5ª. Campinas, SP: UNICAMP, 2003, p. 419-476.

MEYER, Dagmar E. **Alguns são mais Iguais que os Outros: Etnia, Raça e Nação em Ação no Currículo Escolar.** In: SILVA, Luiz H. (org.). A Escola Cidadã no Contexto da Globalização. Petrópolis: Vozes, 1998, p.369-380.

MOREIRA, Antônio Flavio. CANDAU, Vera Maria Ferrão. Educação **escolar e cultura/s: construindo caminhos.** In: Revista Brasileira de Educação, n.23, mai/jun/jul/ago 2003.

MUNANGA, K. **Superando o racismo na escola.** 2.ed. MEC/Secad, 2005.

PAIM, Elison Antonio. **Memórias e experiências do fazer-se professor.** Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.2005.